



SINTJAM

Sindicato dos Trabalhadores da Justiça do Estado do Amazonas

NOTA PÚBLICA – SINTJAM

Assunto: Retroativos de Magistrados, Tratamento Desigual e Ausência de Reconhecimento aos Servidores

O SINTJAM aguardou até o último momento de 2025 por um reconhecimento justo aos servidores que garantiram ao Tribunal de Justiça do Amazonas o Selo Diamante do CNJ. Esse reconhecimento não veio. Em contrapartida, o Tribunal se apressa em garantir um pagamento retroativo a magistrados, registrado no processo SEI TJAM 2025/000009649-00, referente à compensação financeira por assunção e redução de acervo processual, mecanismo criado para remunerar magistrados pelo volume de processos sob sua responsabilidade e pelo cumprimento de metas institucionais. Essa compensação pode alcançar aproximadamente R\$ 600 mil por magistrado, considerando valores retroativos relativos ao período de 2015 a 2019.

O ponto mais sensível desse processo é que está em análise a possibilidade de pagamento integral da compensação, inclusive para magistrados que não trabalharam o ano inteiro, questão que ainda será decidida pela Presidência do Tribunal. O próprio TJ reconheceu essa dúvida técnica ao submeter o tema à decisão superior, o que demonstra que a integralidade não é automática nem pacífica, embora o processo siga avançando.

A desigualdade de tratamento, porém, não começou agora. No final do ano passado, magistrados receberam um retroativo de aproximadamente R\$ 60 mil, referente ao ATS, enquanto os servidores não tiveram qualquer reconhecimento financeiro ou institucional. Agora, nos últimos dois meses, esse novo processo de compensação por acervo passou a tramitar em ritmo extremamente acelerado, com diversos andamentos em curto espaço de tempo, indicando uma clara priorização para viabilizar mais um pagamento vultoso aos magistrados, enquanto os servidores continuam completamente invisibilizados.

É preciso dizer com todas as letras: o trabalho que gera esses resultados é coletivo. Os processos de acervo não são resolvidos apenas por magistrados. Eles passam pelas assessorias, que elaboram minutas, pareceres e; pelas secretarias, que realizam a movimentação processual; e por todos os servidores, que garantem o funcionamento das unidades judiciais, o cumprimento de prazos e o alcance das metas institucionais. Sem esse trabalho conjunto, não há produtividade, não há acervo reduzido e não haveria Selo Diamante do CNJ.

Não é aceitável, portanto, que apenas um grupo receba sucessivos benefícios financeiros enquanto os demais, que também sustentam os resultados do Judiciário, sejam sistematicamente ignorados.



SINTJAM

Sindicato dos Trabalhadores da Justiça do Estado do Amazonas

O SINTJAM deixa claro que não é contra o direito de ninguém receber o que lhe é devido. O que exigimos é tratamento digno, isonômico e justo dentro da Casa da Justiça. Não se pode falar em mérito, produtividade e reconhecimento apenas para alguns, enquanto os servidores seguem sem qualquer valorização, mesmo diante de resultados institucionais expressivos.

Seguiremos cobrando isonomia, transparência e respeito ao trabalho coletivo, exercendo nosso papel de defesa dos servidores com responsabilidade, firmeza e compromisso com o interesse público. Convidamos todos os servidores a consultarem o processo SEI mencionado e a acompanharem de perto essa situação.

Manaus, 2 de janeiro de 2026.

Roberto Dávila

Coordenador-Geral do SINTJAM